

A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Élio Cantalício Serpa

Professor do departamento de História/UFSC

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar o papel do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na construção do discurso da identidade catarinense, qual a configuração desta em diferentes momentos e a utilização deste discurso pelo poder político catarinense e pela academia.

Palavras-chave: Discurso, Poder, Instituto Histórico.

Abstract

The goal of this article is to show the role of the Geographical and Historical Institute of Santa Catarina in the construction of a discourse on its residents' identity. It also examines the configurations of this discourse during different historical periods, and the use of this discourse by government officials and by members of the academic community.

Keywords: Discourse, Government, Instituto Histórico.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 20	p.63-79	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	---------	------

A criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina deu-se nos últimos anos do século XIX, num contexto marcado pela permanência de resquícios da Revolução Federalista de 1893 e pelo discurso da organização administrativa e modernização da capital do Estado, empreendida pelo governo de Hercílio Pedro da Luz. Para Hermetes Reis Araújo, o dilaceramento provocado pela eclosão da Revolução Federalista apontava para a viabilidade de um discurso de reconstrução do Estado, vincado pelo desejo de promover a integração territorial e social, tendo a frente os grupos vencedores que se colocariam, então, como condutores do processo de unificação.¹

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu no interior da Corte, cuja composição denunciava a origem social de seus membros e embora não se constituíssem numa elite com forte poder econômico, *status* e poder, alguns membros faziam um discurso compatível com os interesses do governo imperial. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina tem sua diretoria e demais membros composta por agentes ligados ao poder ou muito próximos.

A intenção do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina expressa nos seus objetivos é de “coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da história e da geografia do estado”. Alinha-se, então, às intenções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 que, na época imbuía-se no propósito de escrever a História Nacional, tendo as províncias a função de contribuir para isto, coletando documentos que comporiam a História da Nação Brasileira. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pelo estatuto de 1901, se propunha a:

recolher e disciplinar os elementos dispersos que por aí jazem e que muito concorrerão para a documentação da história e da geografia desta

¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, USP, 1989, p. 119.

terra, cuja gênese vagueia ainda envolta em trevas, e onde se elaborará toda a vida de nossa individualidade social através das idades.²

Duas colocações nos chamam atenção: primeiramente, **recolher e disciplinar documentação da história e da geografia desta terra**. Isto nos possibilita perceber que alguns membros do IHGSC tinham conhecimento dos discursos veiculados por outros institutos como: o de São Paulo e do Rio Grande do Sul que propugnavam por uma postura marcadamente regional. Sugere pensar que os membros do instituto estejam formulando um discurso em defesa do regional e, conseqüentemente, imbuídos do propósito de construção de toda uma memória que fosse constituindo fatos e heróis fundantes, mitos de origem que justificassem a existência de uma identidade catarinense, evidenciando-se no desejo dos homens do Instituto, de **elaboração de toda a vida de nossa individualidade social através das idades**. Diz Carlos Humberto Corrêa que “a preocupação (do Instituto) era com o progresso das coisas catarinenses ou a ela afetas”.³

Seguidores da visão iluminista da História, pois, defendiam a perspectiva de que

a idéia estava em justificar o presente através do caminho percorrido no passado; num passado coeso e único, formador de uma mentalidade diferente e progressista, com um destino previamente traçado de linhas inflexivelmente retas”...⁴

Seus discursos defendiam que o conhecimento do passado de homens ilustres contribuiria para a conformação de um presente edificador e um futuro promissor, já que a História seria “mãe e mestra”. Grande número de páginas da Revista do Instituto estão preenchidas com quantidade significativa de artigos que trazem documentos referentes à História de Santa

² CORRÊA, Carlos Humberto. Restauração Republicana e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Diário de Cultura*. Diário Catarinense. 05/nov/1994, p. 2.

³ Idem

⁴ Idem

Catarina, biografias e textos que mostram a tentativa de registrar um passado glorioso e exemplar.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina passou por três fases: a primeira de 1902 a 1920, a segunda 1943 a 1944 e a terceira inicia-se em 1979 até a presente data.

Na primeira fase, a Revista evidencia algumas preocupações que denotam o interesse em criar todo um imaginário em torno da identidade catarinense. Assim, aparecem artigos trazendo biografias intituladas de "Catarinenses Ilustres," publicação de documentos, topografia, flora medicinal e toponímia, efemérides catarinenses e preocupação com as questões de limites territoriais do Estado. Ao olharmos o conjunto dos textos publicados, percebe-se que de certa forma, estes remontam a um passado distante, ausência de artigos que versem sobre os descendentes de africanos, de alemães e de italianos. As páginas da Revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação. Pode-se dizer, então, que o discurso da Revista nesta fase estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral.

A segunda fase da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina mantém as mesmas preocupações constantes da primeira e busca afirmar a identidade catarinense pelo seu passado luso-brasileiro, mas neste momento despontam, mais definidamente, os açorianos, tirados do esconderijo da história por Oswaldo Rodrigues Cabral. O contexto histórico de Santa Catarina durante o período de 1930 a 1945 é marcado pela ascensão de representantes da família Ramos ao poder e destes, Nereu Ramos irá empreender uma política de nacionalização pela qual, etnias como alemães e italianos sofreram um violento processo de incorporação àquilo que chamavam de cultura brasileira. Os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de

iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e, posteriormente, de comemorações:

Em 1948 realizou-se em Florianópolis o “Primeiro Congresso de História Catarinense”, comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana. A programação contou com uma Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, tendo por objetivo “demonstrar as condições culturais da população de origem açoriana, aos catarinenses e aos congressistas, tanto quanto possível, a sobrevivência de costumes dos Açores e também da Madeira...” Com interesse etnográfico-folclórico realizaram-se danças tradicionais com **rapazinhos e raparquinhas**, danças que parecem bastante estilizadas”.⁵

Nesta fase, na visão do Instituto Histórico, Santa Catarina ainda continua assentada na faixa litorânea mas, com ênfase naquelas povoações que se iniciaram no Brasil-Colônia, como Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, Santo Antônio dos Anjos da Laguna, Nossa Senhora do Desterro. No ano de 1944 surge um artigo de Vidal Ramos intitulado “Notas para a História da Fundação de Lages (1766-1783)”, cidade do final do século XVIII que teve entre seus primeiros moradores, descendentes de africanos, índios e luso-brasileiros, características estas, presentes nos núcleos de povoamentos anteriormente citados.

Na terceira fase da Revista até 1987 há um sensível crescimento de artigos referentes a outras cidades povoadas por outras etnias⁶. Amplia-se também o espectro espacial de

⁵ FLORES, Bernardete Ramos Flores. *Teatro da vida, cenários da história. A farrã do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*. São Paulo: PUC, 1991. Tese de Doutorado.

⁶ PIAZZA, Walter. *A Colônia Militar Santa Tereza*, 1980. Luxemburgo dos alemães, 1980, sem autoria. ALMEIDA, Rufino e PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A comuna da Colônia Dona Francisca (uma contribuição ao estudo da Evolução Jurídico-Política de Joinville)*, 1980. PELUSO, Victor Antonio. *A colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina*. 1980. APÓSTOLO, Paschoal. *A colonização grega em Santa Catarina*, 1981. RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo*, 1982/3. ALMEIDA, Rufino. *O movimento Operário em Santa Catarina: a greve de 1917 em Joinville*. 1982/3. JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. *Joinville numa crítica maior*. LAUTH, Aloisius Carlos. *A greve operária de 1933 e a formação sindical em Brusque*. 1984.

preocupações do Instituto, voltando-se para o extremo-oeste de Santa Catarina, como por exemplo, Chapecó⁷ e Sul do Estado. A distância do extremo-oeste do Estado em relação a capital, rumores e movimentos em torno da criação do Estado do Iguçu, a significação econômica e a mobilização política da região de Chapecó, bem como, discursos em torno da identidade catarinense, constituíram-se em “motes” para as preocupações com a escrita da História destas regiões, por sócios do Instituto. Percebe-se a inexistência de artigos que abordem aspectos da História de Blumenau, talvez por ser elevada por alguns ao “status” de cidade mais alemã de Santa Catarina ou até mesmo por existir nesta cidade uma revista intitulada “Cadernos de Blumenau” fundada a partir dos anos 50.

É no interior do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que se forjam os discursos sobre a identidade catarinense, publicizando-os através da imprensa, de realização de eventos nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, publicação de livros e elaboração de dissertação, cujo objeto é perceber nas obras a preocupação dos autores com a identidade catarinense. Pode-se dizer que a partir dos anos 80 existe em Santa Catarina todo um corpo de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Instituições de Ensino Superior que buscam captar e difundir aquilo que nominaram como sendo peculiar ou característica em potencial da Identidade Catarinense. Estes intelectuais próximos ou fazendo parte do poder político, ligado a forças conservadoras deram sustentação teórica ao discurso da Identidade Catarinense empreendido pelo Governo de Espiridião Amin, através da sua proposta de Governo intitulada “Carta aos Catarinenses” e dos “Cadernos de Cultura Catarinense”, produzido no interior da Fundação Catarinense de Cultura, órgão vinculado ao Governo do Estado, gestão 1982/1986.

⁷ PELUSO, Victor Antônio. A Revolução de Chapecó: do povoado ao centro regional. 1982/3. BERTOLI, Orlando. Crônica Política administrativa de Rio do Oeste. A fundação – o nome – o distrito. 1982/3. MARTORANO, Dante. Artigos e crônicas de conteúdo Histórico. 1984. BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que conheci. 1985. MILANEZ, Pedro. Contribuição para a História de Criciúma. 1986/87.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina publicou em 1984 um artigo intitulado **Identidade Catarinense**, de autoria de Victor Antônio Peluso. O autor inicia o artigo da seguinte forma:

Preocupação constante de largo segmento da população catarinense, notadamente nos últimos anos, é a existência de hábitos culturais e políticos que caracterizem a comunidade que vive dentro dos limites do Estado de Santa Catarina. Como Estado federado, seu povo faz parte da nação brasileira, mas no âmbito regional deve ele diferenciarse, por seus traços culturais próprios, dos habitantes das demais unidades da Federação. É a isto que chamamos Identidade Catarinense, dando o nome Catarinensismo à aceitação destes vínculo comunitários, e de Catarinização aos processos de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontre dela afastado.

Peluso Júnior transfere para muitos uma preocupação que com certeza está restrita a grupos isolados no interior da sociedade catarinense. Segundo Bordieu ao se

dizer as coisas, com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos sanciona-se, santifica-se, consagra-se, fazendo-as existir como dignas de existir, conforme a natureza das coisas, naturais.

A exemplo dos intelectuais do século XIX, o autor debruça-se na possibilidade de encontrar hábitos culturais comuns na população do Estado que é marcada pela heterogeneidade étnica e cultural e até acredita na possibilidade de identificação de traços culturais permanentes, esquecendo da dinamicidade da cultura enquanto modo de vida. Ao chamar de identidade catarinense “traços culturais próprios que diferenciam Santa Catarina dos demais Estados da Federação” o autor circula por dentro daqueles discursos e práticas que outrora criaram, no Rio Grande do Sul, a chamada ideologia do *gauchismo* e se propõe a fazer frente à expansão da difusão de hábitos culturais inventados neste Estado

⁸ PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. A Identidade Catarinense. Florianópolis: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3. Fase, n. 5, 1984, p.259.

⁹ BORDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa : DIFEL, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989. p . 116.

e que na década de 80 expandiam-se pelo litoral de Santa Catarina. Com a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul. Peluso Júnior, então, cria conceitos, faz representações que induzem estratégias e práticas: **Catarinensismo** enquanto aceitação dos vínculos comunitários e **Catarinização** ao processo de incorporação do diferente. Estavam em curso lutas de invenções culturais e práticas de políticas governamentais que, com certeza, se proporiam a sufocar diferenças.

Na continuação do texto, o autor debate-se com Celestino Sachet colocando que este ao discorrer sobre a literatura catarinense pergunta: “Existe um espaço catarinense? Existe algum espaço deste país, com características próprias, para que se possa dizer aqui é Santa Catarina?”¹⁰ Constata Victor Antônio Peluso Júnior que Sachet não incorpora o discurso da identidade catarinense, mas incorpora o Catarinensismo:

A identidade catarinense é demasiadamente complexa para se identificar, ainda mais com oposições tão violentas como a que acabamos de citar. Ainda há quem manifeste idéias contraditórias, negando a existência do espaço e do homem catarinenses e, paralelamente, manifestando-se, por obras e atos, fervorosa figura do Catarinensismo.¹¹

Peluso Júnior chega à conclusão de que o problema da identidade catarinense é de ordem política. É preciso, segundo o autor, “que o Estado federado esteja atento à distribuição de obras e atividades para o atendimento do povo”.¹² Todo o discurso do autor marca-se pela pregação da necessidade do Estado em estar presente nas regiões mais distantes do território catarinense, principalmente em regiões que fazem divisas com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Coloca, então, que:

A geração que se instalou em Santa Catarina teve, em cada região seus problemas com o governo. Alguns grupos, como o dos açorianos, ainda

¹⁰ PELUSO JÚNIOR, p. 260.

¹¹ PELUSO JÚNIOR, p. 260

¹² PELUSO JÚNIOR, p. 273.

no regime colonial, dele sofreu o recrutamento para as guerras do prata e o confisco dos bens alimentares. Com o Império, ficaram vicentistas e açorianos esquecidos, o mesmo sucedendo com a República. Os paulistas no planalto, incorporados à Capitania de Santa Catarina em 1820, tiveram, no Império e nos primeiros anos da República, reclamações constantes devido ao isolamento em que viviam, mas o seu grande problema a omissão do Estado, foi a Guerra dos fanáticos. Não importa que a maior área em que se deflagrou a luta tenha sido o território contestado por Santa Catarina e Paraná, pois o início dessa revolta se deu em região sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina, onde um fazendeiro acolheu os caboclos e outro fazendeiro o denunciou às autoridades. A Campanha militar, a participação de pessoas que lutaram de um lado e de outro enchem as descrições dessa guerra, mas as causas profundas, a marginalidade social de peões e agregados das fazendas não foram ainda estudadas adequadamente. O problema social foi ignorado antes e depois da tragédia do Contestado pelo governo Estadual.¹³

Na percepção do autor, os açorianos, os luso-brasileiros e os habitantes da região onde foi deflagrada a Guerra do Contestado foram abandonados pelo Estado. O autor parece estar querendo mostrar que a identidade catarinense está calcada no passado de descendentes de luso-brasileiros e portanto, seus traços culturais é que deveriam ser considerados na conformação da identidade catarinense. No que tange aos imigrantes italianos, alemães e outras etnias, de cor branca, com certeza, o autor, em um pequeno parágrafo¹⁴ coloca a presença da problemática da ausência do Estado, podendo-se inferir que ao não fazer referência ao processo de nacionalização empreendido pelo Estado, durante a Era de Vargas, este a via como necessária e legítima. Portanto, ao defender a presença do Estado nas várias regiões, com obras e atividades de atendimento ao povo estaria dado o pressuposto necessário para eliminar diferenças, senão pela força, mas pelo

¹³ PELUSO JÚNIOR, p. 275.

¹⁴ Diz o autor que: "Os imigrantes alemães, italianos e de outras etnias não tiveram vida calma. Além de conflitos na colônia, como as do núcleo de Luiz Alves (Mattos, 1917: 135), houve questões entre etnias que se prolongaram após a emancipação da colônia, ainda no século XX, de que o Estado ficou a parte, tal como se verificou entre italianos e alemães, descritos por Pellizzetti (1981, 113-157). PELUSO JÚNIOR, p. 275.

poder do discurso da obrigação moral e do poder do Estado sobre os indivíduos. O autor em todo texto não percebe ou não remete o leitor para a presença de descendentes de africanos e de índios. Certamente percebe a composição da população do Estado como sendo branca e o restante ou seria incorporado a cultura do homem branco pela ação pedagógica ou, então, isto não seria tão relevante, haja vista que historicamente foram colocados sobre a tutela do homem branco.

No referido artigo, Peluso Júnior, acredita que a existência do espaço catarinense, enquanto delimitação territorial, portanto algo concreto, real, matematicamente correto seria o ponto básico para aglutinar todos os que estivessem dentro destes limites, sob a tutela do governo estadual. Jacques Revel coloca que

o território foi, e ainda é, um símbolo forte. Foi construído através de uma série de práticas e representações que se inscrevem em durações diferentes, que¹⁵ obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias.

Ao governo caberia, então, práticas como: atender aos habitantes dos pontos mais distantes com obras e outros atendimentos e, conseqüentemente, eliminaria focos de reação a Florianópolis enquanto capital do Estado. Mas passa pelo texto o processo de Catarinização que seria realizado pela presença do Estado e se daria, também, pela unificação das manifestações culturais, empreendidas por intelectuais ligados ao poder constituído e preocupados com a identidade catarinense.

Esse discurso da identidade Catarinense foi a marca registrada, na esfera cultural, do governo Espiridião Amin -1982/1986- que esboçou toda uma proposta de incentivos a eventos e concessão de subsídios que visavam dar voz ao discurso da Identidade Catarinense. O Caderno da Cultura Catarinense, de 1984, traz como plano de ação:

¹⁵ REVEL, Jacques. Configurações espaciais. In: *A Invenção da Sociedade*. Lisboa : DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 102.

Compromisso

Preservar a identidade catarinense.

O que fazer:

- 1 Preservar a memória cultural;
- 2 Apoiar a produção e a troca de bens culturais;
- 3 Divulgar os valores da cultura catarinense.

Como fazer:

- 1 Implantar o Museu do Contestado. Apoiar a pesquisa, a divulgação de livros e as manifestações folclóricas que digam respeito àquele episódio;
- 2 Realizar anualmente a “Semana da Cultura Catarinense” incentivando-se a participar da mesma todas as expressões artístico-culturais do Estado;
- 3 Estimular a edição de livros de autores catarinenses, do presente e do passado, bem como de autores não catarinenses sobre temas de Santa Catarina;
- 4 Instituir concursos culturais no Estado, atribuindo prêmio às pessoas e/ou grupos que mais se destacarem em cada uma das manifestações culturais mais típicas do Estado;
- 5 Editar a “*Revista Cultural Catarinense*”.¹⁶

As propostas cercam muito bem o desejo dos homens do poder em forjar uma identidade catarinense, num contexto marcado pela heterogeneidade étnica e cultural. Eivadas de conotações políticas, os discursos enquanto representações e as práticas evidenciam ... “um poder de fazer o grupo impondo-lhes princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão

¹⁶ CADERNOS DE CULTURA CATARINENSE. Aspectos do Contestado. Florianópolis : FCC, ano I, jul/set,1984. No ítem **Como Fazer** constam ainda: 1. Incentivar as Prefeituras Municipais a preservarem o patrimônio histórico-arquitetônico; 2. Implantar e manter os museus que digam respeito ao patrimônio histórico, artístico e cultural do estado; 3. Apoiar financeiramente todos os grupos culturais do Estado voltados à divulgação da cultura, da arte e das tradições catarinense; 5. Incentivar as prefeituras municipais a: a) criarem conselhos municipais de cultura. b) implantarem centros de cultura popular e centro de tradições catarinense; c) implantação de bibliotecas públicas; 7. Criar espaços permanentes para comercialização da produção cultural do Estado; 9. Criar programa de intercâmbio cultural e propiciar bolsas de estudo aos artistas catarinenses que mais se destacarem; 10. Ampliar o concurso Cruz e Souza, incluindo naquele certame outras manifestações culturais; 12. Criar o programa de exposições da produção cultural do Estado em outras unidades da Federação..

única da sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade”.¹⁷ No mesmo documento, o Governador do Estado Espiridião Amin publica um texto em que, primeiramente, reconhece que a ocupação e colonização do Estado de Santa Catarina proporcionou a formação de um mosaico rico sob os enfoques culturais, étnico e econômico. Lança, então, a pergunta: “Do ponto de vista cultural, quem é o catarinense?” Transitam no seu texto; o homem litorâneo, o homem serrano, o homem oestino. Afirma em seguida que: “A riqueza cultural de Santa Catarina é tão vasta e tão marcante que impediu ao longo do tempo a formação de um tipo do qual se possa dizer: este é o homem típico catarinense”. Certo de que o homem típico já existiu, mas que foi esquecido pela historiografia que não registrou a cultura dos vencidos, registra que: “à história passam somente os vencedores, independente de suas virtudes”. Em seguida, como homem público, identifica o homem típico catarinense, dizendo que:

Este vencido, que a história registra apenas como um “jagunço fanático”, foi para mim, o mais típico dos catarinenses. Vejo a sua luta de 70 anos atrás, como a luta de inúmeros catarinenses de hoje, e, mais, luta de milhões de pequenos em todo mundo.¹⁸

Com certeza toda essa discussão sobre a Identidade Catarinense foi produzida, ainda que de forma não tão explícita, no seio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que marcava seus discursos pela concentração de textos em torno dos descendentes de luso-brasileiros que habitavam o litoral. Espiridião Amin disputaria o governo numa época em que o povo iria escolher, pela primeira vez, após a ditadura militar, o governador do Estado. Seu olhar para os que lutaram no Contestado está ligado com aquilo que Peluso Júnior registrou quando se referia à região do Contestado: “o problema social

¹⁷ BOURDIEU, p. 117.

¹⁸ AMIN, Espiridião. O homem do Contestado. *Cadernos da Cultura Catarinense*. ano1, jul/set, 1984.

foi ignorado antes e depois da tragédia do Contestado pelo Governo Estadual”.

Espiridião Amin não estava interessado em discutir problemas de concentração da renda, da propriedade que eram e são questões cruciais no Estado. No, entanto, o fato do povo despontar no cenário político como aquele que pode escolher através do voto seu representante máximo, fez com que se engendrasse a proposta do homem típico catarinense, “o jagunço do contestado”, mas que seriam nominados como “pequenos”, portanto, deveriam ser tutelados por pessoas e órgãos esclarecidos, que lhes apontariam o que fazer e como fazer.

Para dar reforço a idéia de que o caboclo do contestado era o símbolo máximo da identidade catarinense foram publicados artigos no periódico “Cadernos de Cultura Catarinense” de diversos autores¹⁹, muitos afinados na forma de abordagem e que não se constituíam em novidade. Outro, de certa forma, inovava fazendo uso de categorias gramscianas para análise do Movimento do Contestado. Consta também do caderno, um levantamento do acervo bibliográfico pertinente ao tema Contestado e pode-se perceber o lançamento de diversos livros referentes ao Contestado e a Santa Catarina,²⁰ conforme estabelecia o programa da Fundação Catarinense de Cultura. O Estado, de certa forma, cercava de diversas maneiras o objetivo máximo da sua proposta cultural. Patrocinou a produção de vídeo e as prefeituras que tinham afinidades com

¹⁹ MEIRINHO, Jali. O Contestado. AURAS, Marli. Contribuição à leitura do Contestado. SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. Origem e Caminhos da Erva-Mate. SASSI, Guido. Irani: fragmento da primeira parte do romance Geração do Deserto. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. José Maria o Derradeiro Monge.

²⁰ MARTORANO, Dante. O homem do Contestado, série de artigos no jornal “O Estado”, Florianópolis a partir de março de 1983. PIAZZA, Walter F. e HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis: Lunardelli, 1983. PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis: Lunardelli/FCC, 1982. STULZER, Aurélio. *A Guerra dos Fanáticos: 1912-1916. A contribuição dos franciscanos*. Ed. do autor, Vila Velha, ES, 1982. THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro, a ferrovia do Contestado*. Florianópolis, Lunardelli, 1984. TOSTA, Antônio P. *Contestado: A guerra do novo mundo*. São Paulo : Brasiliense, 1983.

o poder estadual realizavam eventos culturais sobre o Contestado. Valia-se do passado para conformar o presente, e a partir dele definia discursos e práticas que engendravam novos sujeitos, muitas vezes em conformidade com seus interesses políticos.

Para finalizar este artigo, ainda podemos abordar a dissertação de Valter Manoel Gomes, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, orientada por Walter Fernando Piazza, intitulada **Formas do Pensamento Historiográfico Catarinense**. Nesta dissertação o autor tem como objetivo:

Nossa proposta e nossa ambição foi, justamente, a da identificação de uma Historiografia Catarinense, que, teórica e metodologicamente, fosse o modo catarinense de pensar a História de Santa Catarina; moveu-nos o interesse de estabelecer uma conexão, entre as fases iniciais da produção historiográfica, com a postura científica posterior à fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras e o Curso de pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina; um ensaio de História Catarinense. Propusemo-nos, ainda, a identificar e a interpretar as variações do pensamento historiográfico “barriga-verde”.²¹

Ao desenvolver sua dissertação, o autor periodiza a produção historiográfica catarinense em cinco períodos, caracterizando-os e elencando autores e suas produções, valendo-se de autores como Celestino Sachet e Oswaldo F. Melo, ambos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Valter Gomes segue as pegadas de seu orientador quando coloca que:

No campo específico da História, em caráter provisório, nos valem do critério de Piazza, quando sente Catarinensismo na obra de Miranda Ribeiro (e a partir daí em outras obras), por ter aquele autor demonstrado sensibilidade pelos problemas, por ter interpretado os anseios de provincianos e por ter a vontade de deflagrar um processo gerador de futuro, através das medidas que sugeriu.²²

²¹ GOMES, Valter Manoel. *Formas do Pensamento Historiográfico Catarinense*. Florianópolis, UFSC, 1984, p. 38 Dissertação de Mestrado.

²² GOMES, p. 38.

Autor e orientador, ambos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, propõem-se a dar continuidade ao discurso excludente da identidade catarinense pela via da academia, numa articulação entre poder político constituído e órgãos de produção do conhecimento. O Prof. Valter Gomes definiu em sua dissertação aquilo que entende por História Catarinense, registrando que:

seria aquele que, a partir deste lugar social (Santa Catarina), defendesse os pontos de vista de Santa Catarina e, em consequência, seus projetos coletivos, sua esperança, seus interesses, sua versão, sua verdade relativa.

Concluindo, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, articulado com discursos que se fazia sobre identidade, a nível nacional desde o século XIX, optou pela postura de produção de discursos que fossem plasmando o imaginário dos habitantes de Santa Catarina do que seria, em diferentes épocas, a identidade catarinense. Tais discursos historiográficos, nos momentos em que a sociedade de Santa Catarina vivenciou a existência de governos marcados pelo conservadorismo, certamente induziram práticas que tentaram eliminar as diferenças, que realimentaram de certa forma preconceitos – haja vista que os descendentes de africanos não se constituíram em objetos de estudo. Caracterizam-se pois, por constituírem os cem anos de existência do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rufino e PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A comuna da Colônia Dona Francisca* (uma contribuição ao estudo da Evolução Jurídico-Política de Joinville). 1980.
- ALMEIDA, Rufino. *O movimento Operário em Santa Catarina: a greve de 1917*, em Joinville. 1982/3.
- AMIN, Espiridião. *O homem do Contestado. Cadernos da Cultura Catarinense*. ano1, jul/set, 1984.

- APÓSTOLO, Paschoal. *A colonização grega em Santa Catarina*, 1981.
- ARAÚJO, Hermes Reis de. *A invenção do litoral Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo : USP, 1989, p. 119.
- AURAS, Marli. *Contribuição à leitura do Contestado*.
- BERTOLI, Orlando. *Crônica Político administrativa de Rio do Oeste. A fundação – o nome – o distrito*.1982/3.
- BORDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989. p .116 e 117.
- BREVES, Wenceslao de Souza. *O Chapecó que conheci*. 1985.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *José Maria o Derradeiro Monge*.
- CADERNOS DA CULTURA CATARINENSE. *Aspectos do Contestado*. Florianópolis : FCC, ano I, jul/set,1984.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Restauração Republicana e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Diário de Cultura. Diário Catarinense*. 05/nov/1994, p.2.
- FLORES, Bernardete Ramos. *Teatro da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*. São Paulo : PUC, 1991. Tese de Doutorado.
- GOMES, Valter Manoel. *Formas do Pensamento Historiográfico Catarinense*. Florianópolis : UFSC, 1984, p. 38. Dissertação de Mestrado.
- JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. *Joinville numa crítica maior*.
- LAUTH, Aloisius Carlos. *A greve operária de 1933 e a formação sindical em Brusque*. 1984.
- MARTORANO, Dante. *Artigos e crônicas de conteúdo Histórico*. 1984.
- _____. *O homem do Contestado, série de artigos no jornal O Estado*, Florianópolis a partir de março de 1983.
- MEIRINHO, Jali. *O Contestado*.
- MILANEZ, Pedro. *Contribuição para a História de Criciúma*. 1986/1987.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. *A Identidade Catarinense*. Florianópolis : Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª Fase, n. 5, 1984, p.259, 260, 273, 275.

- PELUSO, Victor Anônio. *A Revolução de Chapecó: do povoado ao centro regional*. 1982/3.
- _____. *A colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina*. 1980.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis : Lunardelli/FCC, 1982.
- _____. *A Colônia Militar Santa Tereza*, 1980.
- PIAZZA, Walter F. e HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis : Lunardelli, 1983.
- REVEL, Jacques. Configurações espaciais. In: *A Invenção da Sociedade*. Lisboa:DIFEL, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1990, p. 102.
- RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo*, 1982/3.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Origem e Caminhos da Erva-Mate*.
- SASSI, Guido. *Irani: fragmento da primeira parte do romance Geração do Deserto*.
- SEM autoria. *Luxemburgo dos alemães*, 1980.
- STULZER, Aurélio. *A Guerra dos Fanáticos: 1912-1916. A contribuição dos franciscanos*. Ed. do autor, Vila Velha, ES, 1982.
- THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro, a ferrovia do Contestado*. Florianópolis : Lunardelli, 1984.
- TOSTA, Antônio P. *Contestado: A guerra do novo mundo*. São Paulo : Brasiliense, 1983.